



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRINHAS**  
GABINETE DO PREFEITO

**PORTARIA GAPRE N° . 155/2018.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRINHAS, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e, em observância ao Art. 67, da Lei 8.666/93.

CONSIDERANDO o disposto no art. 58, inciso III, c/c art. 67 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Administração, especialmente designado para a função de gestor, para tomar as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato.

CONSIDERANDO a necessidade de designação de gestor de contrato, nos termos da Portaria TC n° 187 /2018, expedida pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

**RESOLVE:**

**Art. 1°.** Designar a servidora abaixo para, sem prejuízo das atividades normalmente desenvolvidas, atuar como Gestora dos contratos celebrados do Município de Cajazeirinhas:

Gestora: **MARIA DO SOCORRO DANTAS DA SILVA**, CPF 964.767.964-53, cargo Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social.

**Art. 2°.** Estabelecer que, para a consecução do objetivo proposto neste ato, a servidora ora designada, deverá:

I - acompanhar a execução e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas no referido contrato sob sua gestão;

II - observar e fazer cumprir o prazo de sua vigência;

III - observar a regularidade das despesas empenhadas, de conformidade com a previsão de pagamentos;



CAJAZEIRINHAS-PB

29 DE ABRIL DE 1994

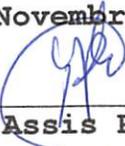
**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRINHAS**  
GABINETE DO PREFEITO

IV - Comunicar à autoridade competente, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, a data de expiração da vigência do ajuste e a eventual necessidade de prorrogação.

V - Comunicar igualmente eventual descumprimento das cláusulas de contratos pelos contratados, ou quaisquer ocorrências que julgar pertinente, ante a possibilidade de interrupção ou suspensão da execução do contrato;

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Cajazeirinhas, em 12 de Novembro de 2018.**

  
\_\_\_\_\_  
**Francisco de Assis Rodrigues de Lima**  
PREFEITO CONSTITUCIONAL

*Francisco de Assis Rodrigues de Lima*  
Prefeito Constitucional



# Jornal Oficial do Município de Cajazeirinhas

IMPRENSA OFICIAL – CRIADO PELA LEI Nº 027/97, DE 13/05/97

ANO XIX

Edição nº 11/2018

Segunda-feira, 12 de novembro de 2018

**PORTARIA GAPRE Nº 155/2018**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRINHAS, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e, em observância ao Art. 67, da Lei 8.666/93.

CONSIDERANDO o disposto no art. 58, inciso III, c/c art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Administração, especialmente designado para a função de gestor, para tomar as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato.

CONSIDERANDO a necessidade de designação de gestor de contrato, nos termos da Portaria TC nº 187 /2018, expedida pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Designar a servidora abaixo para, sem prejuízo das atividades normalmente desenvolvidas, atuar como Gestora dos contratos celebrados do Município de Cajazeirinhas:

Gestora: MARIA DO SOCORRO DANTAS DA SILVA, CPF 964.767.964-53, cargo Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social.

**Art. 2º.** Estabelecer que, para a consecução do objetivo proposto neste ato, a servidora ora designada, deverá:

I - acompanhar a execução e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas no referido contrato sob sua gestão;

II - observar e fazer cumprir o prazo de sua vigência;

III - observar a regularidade das despesas empenhadas, de conformidade com a previsão de pagamentos;

IV - Comunicar à autoridade competente, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, a data de expiração da vigência do ajuste e a eventual necessidade de prorrogação.

V - Comunicar igualmente eventual descumprimento das cláusulas de contratos pelos contratados, ou quaisquer ocorrências que julgar pertinente, ante a possibilidade de interrupção ou suspensão da execução do contrato;

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito  
Constitucional do Município de  
Cajazeirinhas, em 12 de Novembro de  
2018.**

**Francisco de Assis Rodrigues de Lima**  
PREFEITO CONSTITUCIONAL